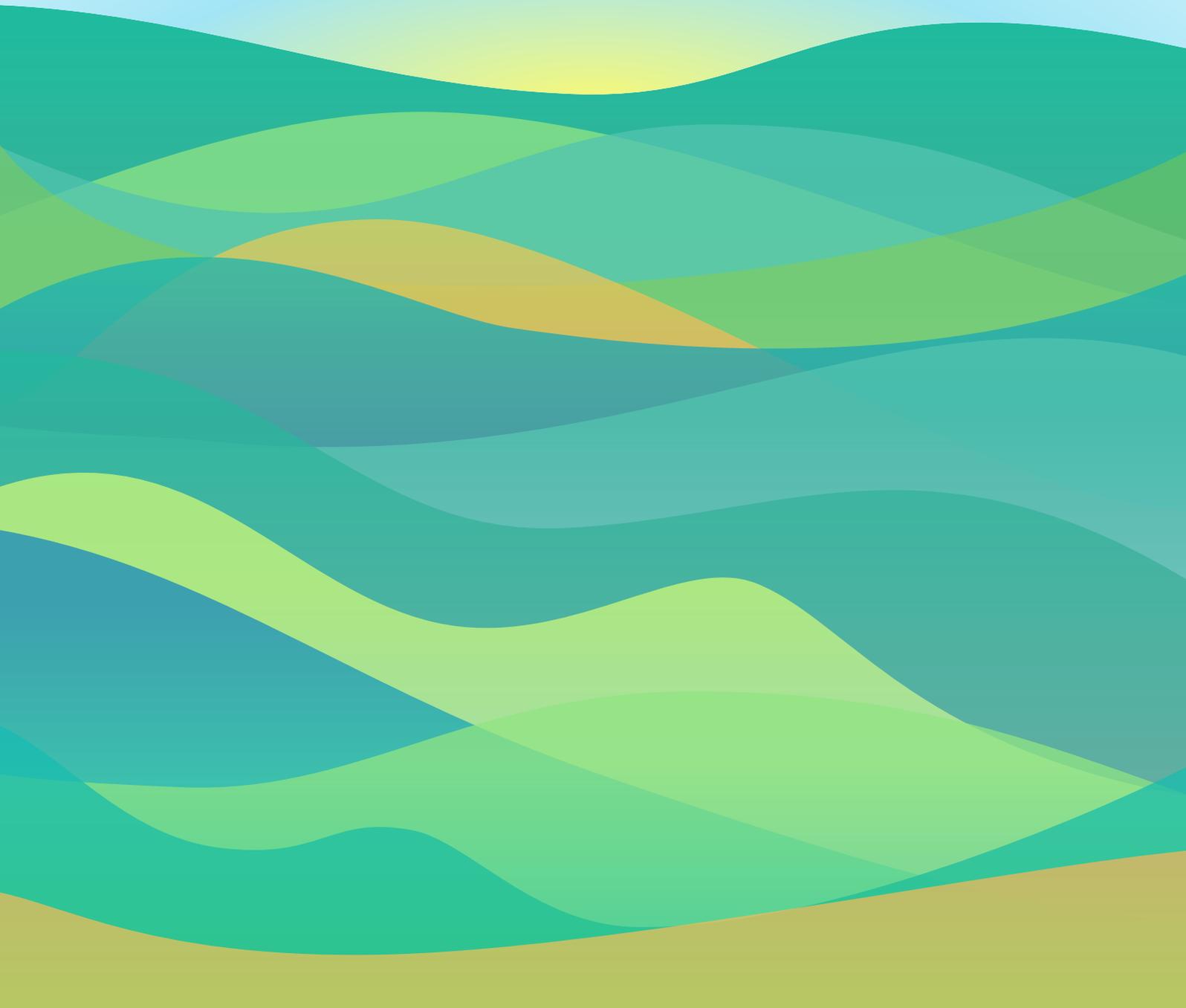




Programa de Educação
e Cultura Ambiental do
Bairro São Carlos 8





Realização:



Projeto "Elaboração de um Programa de Educação e Cultura Ambiental com a Comunidade do Bairro São Carlos 8, São Carlos"

Coordenação da atividade de extensão: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): Liane Biehl Printes; Rodolfo Antonio de Figueiredo; Sérgio Henrique Vannucchi Leme de Mattos; Sonia Buck

A execução da atividade de extensão foi feita através de Consultoria Técnica Especializada da Associação Veracidade, em equipe composta por:

Coordenadora: Daniela Baptista

Educadoras: Júlia Inforzato Guermandi e Nara Gonçalves Lopes

Bolsista PIDICT-FAI-UFSCar: Barbara Dos Santos Silva

* Durante a fase de realização de diagnósticos, a equipe de execução contou também com a colaboração de Maria Vitória Baptista (PIDICT-FAI-UFSCar) e Carolina Veloso (estagiária - Associação Veracidade)

Atividade registrada na Pró-reitoria de Extensão (ProEx) pelo processo no. 23 | 12.002961/2019-13 e na Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI) pelo processo nº. 11.970.

Apoio: Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	5
2. INTRODUÇÃO.....	6
3. TEMAS PRIORITÁRIOS.....	7
3.1. Resíduos sólidos.....	7
3.2. Mobilização e organização comunitária.....	8
3.3. Agricultura Urbana.....	9
4. MISSÃO.....	9
5. PÚBLICO PARTICIPANTE.....	9
6. COMPONENTES.....	10
6.1. O espaço educador.....	10
6.1.1. Estruturas educadoras.....	10
6.1.2. Formações.....	11
6.2. A comunidade educadora.....	11
6.2.1. Reconhecimento ambiental do bairro.....	12
6.2.2. Ações em rede.....	12
7. CONSELHO GESTOR.....	13
8. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	14
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	15
10. RECURSOS HUMANOS.....	16
11. ESTRUTURA BÁSICA.....	17
12. CARDÁPIO DE ATIVIDADES.....	18
13. AGRADECIMENTOS.....	22
14. REFERÊNCIAS.....	23



1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa aqui apresentado foi desenvolvido dentro dos objetivos do projeto “Elaboração e Implantação de um Programa de Educação e Cultura Ambiental com a Comunidade do Bairro São Carlos VIII”. O projeto foi desenvolvido como uma atividade de extensão, através da Pró-reitoria de Extensão (ProEx) e administrado pela Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI da UFSCar. A execução se deu com consultoria técnica especializada da Associação Veracidade, tendo sido coordenado pelo Departamento de Apoio à Educação Ambiental/Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (DeAEA/SGAS), em colaboração com o Laboratório de Estudos sobre Sistemas Complexos Ambientais/ Departamento de Hidrobiologia (LASCA/DHb), do Laboratório de Estudos da Fauna/ Departamento de Ciências Ambientais (LEF/DCAm) e do Laboratório de Educação Ambiental/ Departamento de Ciências Ambientais (LEA/DCAm). A articulação para esse trabalho surge a partir da demanda para uso apropriado de um espaço público existente no bairro. Através de diálogo com a população, indicou-se a construção de um centro de educação ambiental no local, com o intuito tanto de adequar o uso do espaço quanto de trabalhar o tema da educação ambiental entre as moradoras e moradores. A identificação e encaminhamento da demanda foi apoiada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que articulou recurso financeiro tanto para a construção do centro de educação ambiental quanto para a elaboração prévia de um programa, que deveria ser elaborado de maneira participativa com a comunidade do bairro. Dessa forma, o principal objetivo desse programa é embasar e subsidiar as atividades a serem desenvolvidas no doravante denominado Centro Sustentável de Cultura Ambiental (CeSCA) que será construído no local. O programa ainda visa indicar a estrutura física básica para a construção do CeSCA.

A elaboração desse trabalho se deu a partir de uma fase inicial de levantamento de informações. Foram executados o diagnóstico socioambiental, o diagnóstico das atividades e ações de educação ambiental existentes nos espaços educativos formais e não-formais do bairro e o diagnóstico de percepção ambiental da comunidade.

Para isso, foram realizadas diferentes atividades para aquisição dos dados que serão apresentados neste documento. Estas atividades incluíram o contato com secretarias e diferentes órgãos da gestão municipal para aquisição de materiais, registros e relatos que auxiliassem a leitura da realidade do bairro e entrevistas semi-estruturadas realizadas diretamente com moradoras, moradores, atrizes e atores sociais do bairro através de contato telefônico e/ou ligações de vídeo. Além disso, também foi possível acessar jovens e crianças para o diagnóstico de percepção ambiental através de atividades realizadas em parceria com o espaço Dom Luciano Mendes de Almeida (Salesianos São Carlos). É importante pontuar que todas as atividades foram realizadas durante a pandemia da COVID-19, entre janeiro e agosto de 2021, de maneira remota devido à conjuntura do país no momento.

O material produzido a partir das pesquisas para os diagnósticos estão disponíveis na íntegra em <https://www.sg.as.ufscar.br/deaea/documentos> e em <https://veracidade.eco.br/>

2. INTRODUÇÃO

A resolução dos problemas socioambientais atuais pede uma visão integrada de suas causas e consequências, que abrange uma complexidade de pautas e aspectos multidisciplinares e interdisciplinares. Nesse sentido, a educação ambiental (EA) se apresenta como importante processo para a elucidação e possíveis resoluções para essas questões. No Brasil, segundo legislação, entendemos por educação ambiental:

“processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) também afirma que a EA é componente essencial e permanente da educação no país e que todo cidadão tem direito à EA. Como responsáveis pela promoção e manutenção da EA estão incumbidos: o Poder Público; as instituições educativas; os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente; os meios de educação em massa; as instituições públicas e privadas; e a sociedade de maneira geral. Além disso, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) tem como um dos princípios para a educação ambiental no território brasileiro o enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório (BRASIL, 2005).

A cidade de São Carlos também tem diretrizes específicas para a educação ambiental desde o estabelecimento do Programa Municipal de Educação Ambiental em 2008, que estabelece a necessidade de uma educação ambiental de caráter reivindicatório (de direitos) e propositivo (de deveres), feita de maneira dialógica e em busca de um ambiente saudável e justo para todas e todos (OLIVEIRA E LOGAREZZI, 2013).

Segundo Loureiro (2003) o alcance da educação ambiental de fato transformadora, se dará pelo estabelecimento de processos práticos e reflexivos que levarão a concepção de valores favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e a preservação da vida. O autor complementa que isso não se dá a partir da imposição de condutas, não incomuns em ações de educação ambiental que assumem certos problemas como prioritários e busca levar determinados grupos a aceitarem padrões culturais e comportamentais, mas através de processos fundamentalmente participativos.

São nesses precedentes que se baseiam a construção do Programa de Educação e Cultura Ambiental para o bairro São Carlos 8. A intenção aqui é que todas as atividades, formações e processos desenvolvidos no Centro Sustentável de Cultura Ambiental (CeSCA) no bairro São Carlos 8 possam cooperar com a construção de um ambiente participativo, sadio e justo para toda a população moradora do bairro e que contribua para o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica do papel de cada uma dessas pessoas e da coletividade nessa construção. O programa foi estruturado a partir da elaboração de temas prioritários, componentes e sub-componentes que embasam todas as atividades a serem propostas. Esse documento também apresenta uma estrutura básica desejada tanto para a construção física do prédio quanto em recursos humanos. Ao fim, também apresenta-se um “cardápio de atividades” composto por ações que têm relação direta com a proposta apresentada neste documento e são ou podem ser, em maioria, realizadas por instituições da cidade de São Carlos.



3. TEMAS PRIORITÁRIOS

Para o desenvolvimento da educação ambiental é importante que se trabalhe a partir de problemas específicos de cada grupo social, com o objetivo da transformação da realidade e o estabelecimento de um processo emancipatório (Loureiro, 2003).

Para o desenvolvimento do programa contextualizado com a realidade do bairro buscou-se identificar temas prioritários através dos resultados do diagnóstico socioambiental, do diagnóstico das atividades e ações de Educação Ambiental existentes nos espaços educativos formais e não-formais do bairro e do diagnóstico de percepção ambiental da comunidade.

De acordo com os resultados desses diagnósticos realizados durante a elaboração do programa, é possível perceber que o tema resíduos sólidos é bastante marcante para a população do bairro. Isso é observado tanto a partir do histórico de ocorrências acerca desse tema, como descarte de resíduos em áreas impróprias que afeta ambientalmente e visualmente o bairro, quanto no diálogo com moradoras e moradores, aparecendo referenciado também como lixo, reciclável, entulho, entre outros. A população reivindica uma melhoria no manejo e gestão dos resíduos sólidos no bairro, assim como sugerem ações nesse sentido para o programa de EA.

Outro tema emergente entre os moradores do São Carlos 8 e as instituições atuantes no bairro é a necessidade de uma maior organização e mobilização comunitária, de ampliação da participação de moradoras e moradores em atividades de interesse público e em espaços de tomada de decisão. A população também mostra a abertura e o desejo por processos que incentivem a coletividade e união entre as pessoas que vivem no local.

Por último, a demanda por melhoria no acesso à alimentação e segurança alimentar e a promoção da agricultura urbana também é um tema que emerge a partir, principalmente, do diálogo com a população e as instituições presentes no bairro. O local já apresenta histórico inicial de mobilização para atividades nesse tema e o trabalho junto a ele no CeSCA tem potencial de qualificar e ampliar essas ações.

Dessa forma, são elencados três temas prioritários para o trabalho no Centro Sustentável de Cultura Ambiental no bairro São Carlos 8:

3.1. Resíduos sólidos

Em documentos publicados em 2018, a Organização das Nações Unidas - ONU alerta para a questão da geração de resíduos na América Latina e no Caribe. Dentre as 12 orientações para a resolução estão: o tratamento dos resíduos orgânicos; a formalização e reconhecimento da reciclagem informal e a promoção da participação da sociedade na gestão. Layrargues (2002) discorre sobre os processos de educação ambiental a partir da reciclagem e nos alerta para a necessidade de construir processos pedagógicos que extrapolem o discurso reducionista da reciclagem e levem a compreensão da situação de maneira integral, a fim de formar cidadãos e cidadãos conscientes que possam pressionar o poder público no objetivo de incidir em políticas públicas que trarão a resolução efetiva dessas questões.

Nesse contexto, acentuado pelo cenário local da questão no bairro São Carlos 8, o centro deve oferecer atividades e processos que facilitem o entendimento da complexidade e urgência da questão no momento atual de nossa sociedade, dando apoio para a construção da consciência crítica acerca do tema e o papel cidadão de cada participante e de cidadãos organizados na busca e na ação pela resolução de problemas relacionados à questão.

A problemática dos resíduos sólidos deve ser trabalhada de maneira completa, passando por temas como a extração de recursos naturais e seus impactos, a industrialização, a sociedade de consumo e descarte e a insuficiência na gestão de resíduos sólidos, que ainda é crescente nos dias atuais. Além disso, também devem ser trabalhadas as consequências e desdobramentos do excesso de geração e a falha na gestão dos resíduos sólidos urbanos, como o impacto direto ao meio ambiente e à saúde pública e na qualidade de vida da população, sobretudo as mais vulneráveis.

Junto a isso, o centro também deve oferecer atividades que cooperem com a resolução do problema local do bairro relacionado a gestão dos resíduos, trabalhando a função social da reciclagem e promovendo atividades de apoio às pessoas que trabalham com coleta de materiais recicláveis no bairro, a sua organização coletiva e geração de renda a partir dessas atividades.

Além disso, também pode ser trabalhado o tema da compostagem, tanto em escala domiciliar como comunitária, uma vez que a fração orgânica representa grande parte da composição dos resíduos domiciliares e possui ainda ações incipientes.

3.2. Mobilização e organização comunitária

Nos dias atuais, reconhece-se a importância da sociedade civil organizada para o reconhecimento dos anseios de determinado grupo e a busca pela sua realização. Como apontado por Soares (2017) a simples proximidade geográfica residencial não garante a existência de uma “comunidade”, são diversos e diferentes os processos que gerarão esse entendimento pelas pessoas que ali vivem.

Com essa demanda também identificada no bairro São Carlos 8, o Centro Sustentável de Cultura Ambiental deve oferecer atividades e processos que fomentem a construção de diálogo e a organização entre as moradoras e moradores, as instituições atuantes no bairro e demais instituições municipais que possam cooperar na resolução das reivindicações da comunidade. Além disso, as ações devem ser alinhadas com o compromisso da continuidade de sua construção coletiva junto a moradoras e moradores para as tomadas de decisão e acordos sobre temas de interesse da população residente.

Devem ser incentivadas ações e processos que promovam o senso de pertencimento ao local pela população e a importância da coletividade e de coletivos organizados e ativos para a resolução de demandas locais. Além disso, também devem ser promovidas ações que cooperem com o fortalecimento e com o desenvolvimento comunitário por meio de cursos, formações e capacitações em geral para moradoras e moradores, atividades que promovam a manutenção e multiplicação de espaços comunitários, atividades culturais e processos formativos que também possam proporcionar a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico para a população do bairro.

3.3. Agricultura Urbana

A FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization) em 2012 aponta a agricultura urbana e periurbana como maneira de enfrentar os desafios atuais da insegurança alimentar e precarização da alimentação no território urbano, sobretudo em comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental. Em primeiro lugar, ela contribui para o fornecimento de alimentos frescos e maior valor nutricional e em segundo lugar reduz os gastos com alimentação, promovendo acesso a frutas e hortaliças, por exemplo, além da possibilidade de geração de renda a partir da comercialização. Pessoa (2006), em um estudo realizado com agricultores urbanos no interior do Rio Grande do Sul, aponta que as principais dificuldades enfrentadas pela famílias para o estabelecimento de atividades de agricultura urbana são a falta de dinheiro para investir na atividade, a falta de espaço e de conhecimento técnico e que nesse sentido, políticas públicas podiam agir na ampliação dessas possibilidades.

Frente ao histórico inicial de mobilização e ações acerca do tema no São Carlos 8, o CeSCA deve oferecer possibilidades de ampliação dessa prática com as moradoras e moradores do bairro, promovendo ações de formações e capacitações, manutenção e ampliação das redes de parcerias para ações de fomento da atividade no bairro e a discussão sobre o tema com a população. A promoção de eventos temáticos também se apresenta como uma boa estratégia para trabalhar o tema, assim como a possibilidade de estabelecimento de feiras regulares no bairro.

Todas as atividades e processos promovidos pelo CeSCA do São Carlos 8 deverão contemplar os temas prioritários aqui apresentados, de maneira conjunta ou não, sendo a educação ambiental sempre transversal a todos eles.

4. MISSÃO

Promover a educação ambiental dialógica e contextualizada ao bairro São Carlos 8.

5. PÚBLICO PARTICIPANTE

População residente do bairro São Carlos 8; e
População em geral da cidade de São Carlos.

6. COMPONENTES

Com o objetivo de estruturar o desenvolvimento das atividades no centro e contemplar os temas prioritários e o objetivo do programa, foi escolhida a organização em componentes e subcomponentes. Essa divisão apresenta as peças que irão compor o trabalho a ser desenvolvido pelo Centro Sustentável de Cultura Ambiental do bairro São Carlos 8, caracterizando o espaço físico e as atividades a serem realizadas, assim como o envolvimento dos frequentadores do mesmo, seguindo as premissas dos itens anteriores.

O componente espaço educador está dividido em dois subcomponentes: estruturas educadoras e formações. O primeiro se refere às estruturas físicas que serão construídas no CeSCA, enquanto o segundo diz respeito às possibilidades de atividades formativas voltadas aos funcionários e à população do bairro.

O componente comunidade educadora abrange os seguintes subcomponentes: reconhecimento ambiental do bairro e ações em rede. O primeiro se refere às atividades relacionadas às estruturas físicas, aspectos históricos e as relações humanas do bairro, enquanto o segundo está relacionado às ações desenvolvidas e articuladas por diferentes atrizes e atores sociais que atuam e/ou podem atuar no bairro.

6.1. O espaço educador

Os espaços educadores são ambientes de acesso coletivo intencionados para proporcionar experiências de educação ambiental. Local com estruturas, espaços de convivência e tecnologias sustentáveis alinhadas com objetivo e intenção educativa. Segundo Brandão (2005, p.160), as estruturas e ações educadoras são definidas como “estruturas criadas nos municípios, nas quais ou a partir das quais acontecem ações ou projetos voltados para sustentabilidade que devem ter por objetivo não só a transformação da qualidade de vida do município, mas também a definição e implementação do seu papel educador”.

Matarezzi (2005, apud Kunieda, 2010) diferencia o espaço educador de outros espaços com o conceito de intencionalidade educativa, na qual confere a qualidade de “educador” ao espaço e não ao sujeito, envolvendo identidade, pertencimento, complexidade e participação do público foco. Esses espaços possuem ainda o objetivo de formação de cidadãs e cidadãos para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública (Brandão, 2005).

No bairro São Carlos 8, o espaço educador se tornará a ponte para uma vivência cotidiana em estruturas educadoras, demonstrando alternativas viáveis frente aos desafios identificados nos diagnósticos locais. Para que essa experiência ocorra de forma assertiva é preciso que haja uma sensibilização com o público frequentador desses espaços. As atividades realizadas nesses espaços educadores e o próprio espaço em si induzem a ação e reflexão, além de reunir pessoas e instituições que visam através do coletivo atingir sustentabilidade socioambiental e reconhecem-se aprendizes nesse processo (Kunieda, 2010).

6.1.1. Estruturas educadoras

Durante a escrita do presente documento, a construção do CeSCA no bairro São Carlos 8 está em fase de planejamento. Portanto deixamos aqui, no Programa de Educação e Cultura

Ambiental voltado para a futura construção do centro no bairro, indicativos de estruturas que serão utilizadas e complementares na execução das atividades propostas. Após a construção do centro, tais estruturas e atividades poderão ser melhor especificadas.

No salão de entrada principal é esperado um mapa do bairro indicando as iniciativas e estruturas já existentes no São Carlos 8 e arredores, assim como córregos e áreas de relevância ambiental. Além do mapa, todas as estruturas terão placas explicativas e acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Através disso, busca-se despertar o sentido de pertencimento e valorização do bairro por suas moradoras e seus moradores.

Sugere-se que as estruturas educadoras do centro sejam distribuídas em salas temáticas. A sala de pesquisa, com computadores com livre acesso à internet e livros para consulta com possibilidade de empréstimo. Uma brinquedoteca com brinquedos e jogos educativos para o público infantil e famílias com possibilidade de empréstimo. Uma sala de exposição, com área ampla que proporcionará espaço para diversas possibilidades de mostras culturais, como painéis, esculturas e quadros. Sugere-se ainda uma sala de formação, que será melhor especificada no item seguinte do documento.

6.1.2. Formações

As formações, para além da visitação e atividade cotidianas no CeSCA, abrangem processos contínuos, tais como alinhamento de equipe de funcionárias e funcionários, educadoras e educadores, técnicas e técnicos, cursos profissionalizantes para moradoras e moradores do bairro e população interessada e demais formações voltadas, por exemplo, à geração de renda das e dos participantes.

A fim de proporcionar ambientes diversos de aprendizagem, sugere-se que esses espaços de formação sejam divididos em ambientes internos e externos. O ambiente interno poderia contar com a disponibilidade de lousas, projetores e outros materiais para apresentações, aulas e palestras.

Nos espaços externos, local onde as usuárias e os usuários poderão fazer atividades de formação ao ar livre, é esperado que haja estruturas como bancos e mesas para serem utilizados por um grupo de pessoas. E para momentos de descontração e intervalos de atividades, recomenda-se um ambiente com grama e outras plantas e com a presença de redes e cadeiras.

6.2. A comunidade educadora

De acordo com Menegat, Sarmiento, Rangel (2019), a concepção de comunidade educadora surge a partir das reflexões oriundas da análise dos referenciais do ideário da cidade educadora e da sociedade educadora.

A Associação Internacional das Cidades Educadoras (1990) afirma que: “cidade educadora tem personalidade própria e, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente do território do qual faz parte”. O seu objetivo permanente será o de “aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes”. Menegat, Sarmiento, Rangel (2019) argumentam que a perspectiva das cidades educadoras aparece como uma possibilidade de superar a ideia de que a educação acontece somente em instituições legitimadas para esta função.

Neste sentido, a escola e a família foram as duas instituições encarregadas, quase exclusivamente, da educação e da formação das novas gerações. Porém, em virtude de transformações nas famílias e nas limitações da escola para enfrentar sozinho todos os desafios apresentados pelas novas sociedades da informação, isto não é mais possível. O termo educação não significa somente educação escolar, uma vez que, atualmente, a influência educativa é exercida a partir de vários âmbitos (família, trabalho, associações, entre outros) e por meios diversos (como a televisão, multimídia, etc) que, algumas vezes, se contrapõe às propostas educativas escolares (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003).

Menegat, Sarmiento, Rangel (2019) partem da premissa que o ideal de uma sociedade educadora - sendo esta compreendida como uma sociedade mundial e global - somente será viável a partir de mobilizações locais, que, articuladas e consolidadas, podem viabilizar a construção de tal sociedade. Os autores trazem a perspectiva do lema da Eco-92 de “Pensar globalmente, agir localmente” para o âmbito da educação, sendo que o “agir local” seria uma referência à constituição de comunidades educadoras, nos âmbitos locais, tendo como principal agente mobilizador desse processo constitutivo as instituições educativas. Dessa forma, concluem que pensar numa Sociedade Educadora e em Cidades Educadoras, pressupõe agir na comunidade local (um ou mais bairros, por exemplo) como comunidades educadoras, uma vez que o conjunto levará a uma ação global, constituindo as Cidades Educadoras, as Pátrias Educadoras e a tão sonhada Sociedade Educadora.

Com base em Vitró (2003), no contexto do São Carlos 8, entende-se que a comunidade educadora serve para dar resposta e satisfação às necessidades das pessoas que fazem parte do bairro. A comunidade educadora é entendida aqui como as próprias pessoas que residem e/ou que atuam no bairro.

Assim como Menegat, Sarmiento, Rangel (2019), a concepção que aqui se defende de comunidade educadora extrapola a perspectiva de trazer a comunidade local para as instituições. O que se propõe é pensar e agir com e na comunidade, contemplando a participação de todas as moradoras e todos os moradores, contribuindo para que se tornem protagonistas no processo educativo de crianças, jovens e adultos que convivem nessa comunidade.

6.2.1. Reconhecimento ambiental do bairro

Este sub-componente está relacionado ao reconhecimento dos elementos e das características ambientais do bairro. Além disso, inclui também os aspectos relacionados à história e à cultura local.

As atividades visam não só o reconhecimento, como também o fomento a um senso de pertencimento na população local. Dessa forma, ao conhecer os rios, fragmentos florestais, espaços comunitários, instituições atuantes, histórias e saberes, as moradoras e os moradores podem ser estimulados a se sentirem pertencentes, participantes e atuantes no local.

6.2.2. Ações em rede

As ações em rede se referem ao desenvolvimento de atividades envolvendo múltiplos agentes com um objetivo em comum. Englobam tanto instituições de ensino formal, como também iniciativas não formais ou até mesmo informais. Apesar de serem protagonizadas por moradoras e moradores do bairro, podem contar com representantes de outros locais e da municipalidade. Entretanto, ressalta-se que as atividades desenvolvidas têm como foco as demandas contextualizadas ao bairro São Carlos 8.

Poderão ser incluídas desde atividades de caráter mais temporal, como a articulação para realização de festivais, encontros ou eventos, como também ações mais sistematizadas e de longo prazo, como a formação de associações, cooperativas ou participação em conselhos. O intuito é estimular a coletividade, a criação de vínculos afetivos em prol de uma causa e uma rede engajada de parceiras e parceiros.

7. CONSELHO GESTOR

A ideia do Conselho Gestor propõe a gestão de espaços públicos de forma participativa, buscando atender as demandas das comunidades em que estão estabelecidos. Ele é composto por representantes do poder público estatal e por representantes eleitos pela sociedade civil (CIRILO, 2015 ; GONH, 2002 ; PESTANA, 2007). A gestão participativa visa a promoção da democracia de forma descentralizada, o que prevê que o Estado não seja a única figura a tomar decisões. Ela tem como objetivo que a sociedade participe de maneira ativa na construção da gestão. Deste modo, a comunidade participa tanto como representante dos interesses dela, quanto assume o papel de co-responsável pela gestão do espaço ou serviço. É apontado que esta forma de gerir os espaços, propicia um maior envolvimento da comunidade, representando uma maior chance de apoio deste grupo e pertencimento em relação ao processo de gestão (PAIVA, 2013). Nesta perspectiva, a gestão participativa tem como uma de suas ferramentas, o conselho gestor (VIANA, 2016 ; GONH, 2002).

Para o Conselho Gestor do CeSCA São Carlos 8 sugere-se aqui uma composição mínima que visa a paridade entre representantes da população local e demais instituições:

Número de Representantes	Instituição / Representante
1	Secretaria Municipal de Educação
1	Secretaria de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação
1	Gestor/a do espaço do CeSCA São Carlos 8
1	Instituições da sociedade civil que tenham atuação presente no bairro São Carlos 8
3	Moradores/as do bairro São Carlos 8

8. INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Através do material recolhido nos diagnósticos realizados para a elaboração desse programa realizou-se um mapeamento inicial de instituições para possibilidades de parcerias durante a execução do programa, sendo a maior parte delas contatadas durante a elaboração do projeto, sobretudo aquelas que atuam diretamente no bairro. Essas instituições apresentadas abaixo podem auxiliar no desenvolvimento técnico de atividades, cursos e processos e a maior parte delas, sobretudo as que atuam no bairro, podem contribuir com a formação de rede e da permanência dos processos formativos, o fortalecimento comunitário no bairro e apoio em atividades com ampliação de divulgação ou estrutura física para as ações. Além disso, estão aqui indicadas a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e a Secretaria Municipal de Educação de São Carlos, pelo entendimento de que a educação ambiental se insere em ambas as pastas, para a gestão do espaço, seleção de profissionais e demais atividades ligadas à administração do centro.

Núcleo Rotary São Carlos VIII	Centro de Divulgação Científica e Cultural CDCC/USP
Salesianos Dom Luciano	Conselho Gestor de Educação Ambiental de São Carlos CGEA/SC
Associação Veracidade	UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
Reenvolta Socioambiental	CEMAC - Centro Municipal de Arte e Cultura
Fubá - Educação Ambiental	Secretaria Municipal de Educação
ENACTUS UFSCar	Secretaria de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação
Serviço Autônomo de Água e Abastecimento – SAAE São Carlos	Fundação Educacional São Carlos - FESC
Coopervida - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Carlos	Horto Municipal de São Carlos

A inserção desse tópico na construção do Programa de Educação e Cultura Ambiental para o CeSCA busca dar incentivo a apoio à qualificação e continuidade das ações a serem desenvolvidas no local.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Segundo Jannuzzi (2011, p.9 apud RAYMUNDO, p. 27, 2019), um sistema de monitoramento e avaliação pode ser descrito como o “conjunto de processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação para o ciclo de gestão de políticas e programas públicos, dirigidos a subsidiar o seu aprimoramento, garantindo mais transparência da ação e produzindo conhecimentos sobre os impactos das políticas”.

A partir dessa definição busca-se nesse tópico definir princípios avaliativos, visando garantir a qualidade e funcionalidade do Programa de Educação e Cultura Ambiental do bairro São Carlos 8 sugerido neste documento. O objeto de avaliação e monitoramento será o desenvolvimento das atividades, diretrizes e orientações metodológicas aqui apresentadas.

A estratégia base desse processo é a manutenção do diálogo entre as diversas áreas que compõem o corpo do CeSCA, tais como atrizes e atores sociais locais, incluindo: moradoras e moradores; funcionárias e funcionários; educadoras e educadores e demais parceiras e parceiros envolvidos com o projeto. Alguns conceitos como participação social qualificada, sustentabilidade e identidade, se internalizados nessas atrizes e atores, garantem que o monitoramento e a avaliação ocorram de forma crítica e auxiliem na constante melhoria e representatividade das atividades e objetivos gerais do programa (RAYMUNDO, p. 277, 2019).

As formas de avaliar as ações de educação ambiental raramente se relacionam com uma única atividade que possa ser avaliada de forma isolada e independente, portanto sugere-se que diversas dimensões de conhecimento sejam consideradas (DE ALMEIDA, 2015). A equipe técnica do CeSCA, responsável por organizar o processo de avaliação e monitoramento do programa, poderá definir indicadores de desempenho que representem as atividades oferecidas para a população do bairro (BUTZKE et al., 2001 apud DE ALMEIDA, 2015). Esses indicadores conduzirão as perguntas de questionários impressos a serem distribuídos e respondidos pela população frequentadora do CeSCA, educadoras, educadores, outras atrizes e outros atores envolvidos (TRAJBER & COSTA, 2001 apud DE ALMEIDA, 2015). Caso haja necessidade, os questionários poderão ser respondidos oralmente. Além disso, sugere-se uma “caixinha de sugestões” na área comum do CeSCA, que fique permanentemente disponível para receber opinião pública de modo anônimo ou não.

A partir da análise dos questionários respondidos, a equipe deve fazer uma avaliação das mudanças relevantes no programa e definir nova data de avaliação, garantindo que se mantenha uma constância de melhorias e proximidade com o público frequentador. Sugere-se que esse processo de avaliação para as atividades desenvolvidas seja feito de 2 em 2 anos, com ampla divulgação dessas mudanças e processos em redes sociais e/ou website do CeSCA. Para o trabalho com os temas prioritários sugere-se um tempo maior, de no mínimo de 4 anos antes da avaliação e readequação.

É importante que as revisões sejam feitas pelo conselho gestor do CeSCA (item 7) e sugere-se também que tais readequações passem pela apreciação do Conselho Gestor de Educação Ambiental de São Carlos.

10. RECURSOS HUMANOS

A fim de garantir o funcionamento adequado do espaço, sugere-se a contratação de uma equipe destinada à limpeza e outra à segurança, com o número de funcionários definidos de acordo com os critérios da Prefeitura Municipal de São Carlos e das pastas responsáveis pela gestão do centro - aqui sugeridas como a Secretaria de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e a Secretaria Municipal de Educação. Sugere-se que, para além do cronograma específico de atividades a serem desenvolvidas, o local esteja aberto ao público diariamente para visitas de diferentes públicos e uso constante da estrutura planejada, proporcionando o permanente acesso ao espaço educador intencionado com o centro. Além disso, para o maior envolvimento da população do bairro deixa-se aqui sugerido que, quando possível, dê-se prioridade na contratação de moradoras e moradores do próprio bairro. Entende-se ainda que, para alguns serviços, possa se estabelecer acordos de cooperação com outros equipamentos urbanos de administração pública estabelecidos na região, como o CEU Emílio Manzano.

Para execução das atividades deste programa, sugere-se as e os profissionais descritos na tabela abaixo.

1 Gestor(a) do CeSCA

- Realizar a zeladoria do espaço, apresentando as demandas necessárias para as e os representantes da Prefeitura Municipal;
- Elaboração do cronograma de atividades do CeSCA;
- Buscar parcerias para as atividades relacionadas ao programa;
- Convocar as reuniões do Conselho Gestor.

Requisito: Experiência na área de educação (formal ou não formal);

Desejável: já ter atuado no bairro, perfil articulador e experiência em educação ambiental.

2 Educadoras(es)

- Elaboração do projeto político pedagógico do espaço alinhado a esse programa aqui apresentado;
- Acompanhamento das atividades realizadas;
- Proposição de metodologias pedagógicas para escrita de projetos, planejamento participativo e avaliação das atividades;
- Supervisionar as atividades das estagiárias e dos estagiários;
- Participar das reuniões do Conselho Gestor.

Requisito: nível superior completo em qualquer área, com experiência comprovada em educação ambiental.

Requisito: nível superior completo em qualquer área, com experiência comprovada em educação ambiental.

1 Agente comunitário*

- Atuação em atividades de campo no bairro;
- Realizar a interlocução entre as e os profissionais do espaço e a comunidade;
- Divulgação das atividades do CeSCA;
- Participar das reuniões do Conselho Gestor.

Requisito: já ter realizado atividades no bairro; possuir vínculo com a comunidade;

Desejável: ser morador do bairro, perfil comunicativo e articulador.

Estagiárias(os)

- Realizar as atividades de acordo com o Plano de Estágio.

Requisito: para o caso de *ensino superior*, ter completado o quarto semestre do curso; para o caso de *jovem aprendiz*, ter entre 14 e 21 anos e cursar escola regular ou ensino técnico profissional em qualquer área.

11. ESTRUTURA BÁSICA

Nesse tópico apresenta-se o que é esperado na construção do espaço físico do centro para o desenvolvimento das atividades e o alcance do objetivo do programa.

Disposições gerais- Estrutura Sustentável

-Viabilizar o maior aproveitamento possível de energia visando diminuição dos impactos ambientais. O uso dessas estruturas sustentáveis favorece a preservação do meio ambiente, pois promove economia de energia e diminuição de resíduos sólidos, bem como auxiliam na redução de custos a longo prazo.

Descrição

- Uso de materiais reutilizados ou reciclados na construção;
- Telhas, portas e janelas de vidro;
- Geração de energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos ;
- Sistema de ventilação natural;
- Captação de água da chuva;
- Instalação de cisternas para o armazenamento da água da chuva;
- Uso da água da chuva para saneamento e rega de plantas;
- Estruturas para uso e reuso de água potável e saneamento;
- Composteira e outras ferramentas que possibilitem economia e reciclagem de energia.

Divisão interna estrutural

-Suprir as demandas básicas operacionais.

Descrição

- Recepção;
- Banheiros;
- Uma cozinha para formações e uma para uso interno;
- Biblioteca/sala multimídia/estudos*;
- Brinquedoteca;
- Uma sala de exposição com possibilidade de multimídia*;
- Uma sala de capacitação (com material para aulas e cursos). Capacidade em torno de 30 pessoas.

Divisão externa estrutural

-Ampliar as possibilidades de convivência entre as frequentadoras e os frequentadores e com isso expandir o horizonte pedagógico.

Descrição

- Área de convivência;
- Jardim;
- Quintal agroecológico (composteira, ervas medicinais, meliponário, hotel de insetos).

Acessibilidade

- É importante garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida a fim de garantir acesso e participação de todas as pessoas no espaço, sem prejuízo à integridade física. O uso do desenho universal é uma forma de garantir isso.

Descrição

- Rampas acessíveis;
- Rotas acessíveis;
- Piso tátil para orientação;
- Local para estacionamento acessível;
- Banheiros e equipamentos acessíveis;
- Comunicação com sinalização tátil, visual e/ou sonora;
- Caso haja estrutura vertical, construção de um elevador acessível;
- Sinalização nas escadas;
- Mobiliário acessível.

*Devido à demanda apontada pelos diagnósticos, salienta-se a necessidade de proporcionar a democratização do acesso à informação no bairro, com a aquisição de livros, computadores e, essencialmente, acesso livre à internet nas dependências do centro.

12. CARDÁPIO DE ATIVIDADES

Apresentam-se aqui atividades mapeadas como possibilidades para aplicação no centro, contemplando os temas prioritários e com o objetivo de inspirar o planejamento geral das atividades quando inaugurado o centro.

Nome da atividade	Descrição
Oficinas sobre Plantas Comestíveis não Convencionais (PANCS).	Incentivar a alimentação saudável e a segurança alimentar. Promover demonstração de espécies, distribuições de mudas e orientações para o plantio. Referência: Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)/ Abiru orgânicos: abiruorganicos@gmail.com
Oficina de fotografia de percepção ambiental.	Mostrar aspectos básicos da fotografia, relacionando com a percepção ambiental sobre os locais, estimulando a sensibilização e conscientização. Referência: Oficinas Culturais - Formação para o Interior interioronline@oficinasulturais.org.br
Oficina ambiental criativa: árvores urbanas.	Visita a uma ou mais praças para conhecer e reconhecer suas árvores e suas histórias; bate papo sobre arborização urbana e qualidade de vida. Referência: Fubá - Educação Ambiental e Criatividade https://www.fubaea.com.br/solucoes-educacao-ambiental
Oficinas de plantas medicinais para identificação, plantio e cultivo.	Incentivo a manutenção da saúde. Referência: Projeto Farmácia Viva - voltado para a implantação das Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS - Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde
Jardim Melífera.	A proposta é que se una a construção propriamente dita da estrutura que receberá o jardim melífera à exposição sobre o assunto e dinâmicas educativas. O principal objetivo da atividade é a sensibilização e a compreensão a respeito de plantas melíferas, seu papel ecológico e sua contribuição na manutenção da vida na Terra. É trabalhada também importância das espécies de abelhas nativas em espaços urbanos e como facilitar o acesso e a presença no contexto urbano. Referência: https://veracidade.eco.br/

Oficinas

Metodologias e/ou Processos

Nome da atividade	Descrição
Uma Horta para Chamar de Minha.	<p>O objetivo é unir pessoas que têm um terreno ocioso com pessoas que querem aprender a plantar comida na cidade. A iniciativa organiza mutirões para implementação de novas hortas urbanas.</p> <p>Referência: Associação Veracidade https://veracidade.eco.br/projetos/uma-horta-para-chamar-de-minha/ interioronline@oficinasulturais.org.br</p>
Auditoria de marcas de resíduos plásticos.	<p>Esta atividade pode ser realizada combinada a uma ação de limpeza de espaços públicos, como terrenos por exemplo. A ideia é identificar e quantificar os principais produtos que causam poluição plástica e cobrar ação das empresas responsáveis.</p> <p>Referência: Atividade proposta pela ONG Break Free From Plastic (BFFP) - https://www.breakfreefromplastic.org/</p>
Análise Conjunta de Conjuntura.	<p>A ser realizada em grupo e com a possibilidade de ser aplicada a um tema específico, a metodologia busca evidenciar importantes elementos sobre o contexto político, econômico e sociocultural, subsidiando a análise e reflexão dos participantes. Essa contextualização ajuda a orientar os diálogos e discussões para que considerem a situação atual em múltiplas escalas durante as reflexões e decisões do grupo (Biazzoti,2017).</p> <p>Referência: Caderno de metodologias, inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico https://aba-agroecologia.org.br/caderno-de-metodologia/</p>
Elaboração participativa de um roteiro de visita ao bairro São Carlos 8	<p>Construir junto com a comunidade do Bairro São Carlos 8, utilizando metodologias participativas, um roteiro de visitas que: desperte o interesse pelas questões socioambientais; sensibilize sobre a importância da existência de áreas verdes urbanas; propicie a observação e a reflexão sobre os impactos ambientais causados pela ocupação humana, estimulando os participantes a buscar medidas mitigadoras; promova atividades que permitam a identificação e diferenciação de vegetação nativa e exótica, a fauna a elas associadas e suas relações com o ambiente físico; propicie a reflexão sobre a importância das áreas naturais e a pertinência da organização popular para sua a manutenção.</p> <p>Referência: https://veracidade.eco.br/</p>

Nome da atividade	Descrição
Compostagem descentralizada.	<p>Pode ser realizada tanto em sistemas de compostagem em comunidades como também em residências. Visa sensibilizar os participantes em relação a problemática dos resíduos sólidos orgânicos e a falta de iniciativas para tratá-los. Tem como princípio a utilização de materiais locais para construção das composteiras, utilizando assim os recursos disponíveis.</p> <p>Referência: Veracidade - https://veracidade.eco.br/ Semeia Compostagem - https://semeiacompostagem.wixsite.com/inicio?fbclid=IwARlH-j_Sn-S7HheZ306CJe8CIE6JlIzNMnThpLldiz5y5ywgvtAs-4</p>
Exposição Itinerante Vestígios da Sociedade Contemporânea.	<p>Desenvolvida através de projeto de extensão realizado em parceria entre o DeAEA/ SGAS/UFSCar e a Fundação Araporã de Arqueologia de Araraquara-SP. Construída com a participação da Coopervida, tem o intuito de sensibilizar para a necessidade de gestão adequada dos resíduos sólidos.</p> <p>Referência: DeAEA-SGAS-UFSCar - deaea@ufscar.br - ou 3306-6462</p>
Exposição de fotografias dos concursos de fotografia do cerrado da UFSCar (2018 a 2021).	<p>Essa atividade divulga, através de fotografias do ambiente, da paisagem e da fauna, o bioma cerrado da região.</p> <p>Referência: DeAEA-SGAS-UFSCar - deaea@ufscar.br - ou 3306-6462</p>
A Escola é Cidade & e Cidade é Escola.	<p>Conjunto de exposições artísticas que acontecem em escolas e outros espaços educativos públicos e deixam como legado, pinturas e outras instalações artísticas. Associadas às exposições educadoras, educadores e/ou agentes culturais recebem formação artístico-cultural para darem continuidade ao processo de melhoria do espaço educativo iniciado com a exposição e integrarem outras ações artísticas e culturais que já acontecem no espaço e no entorno, ampliando seu potencial como equipamento cultural.</p> <p>Referência: Instituto Choque Cultural https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/a-escola-e-cidade-a-cidade-e-escola</p>
CineDebate - com títulos relacionados a resíduos, reciclagem, coleta seletiva, agricultura urbana...	<p>Exibição de filmes seguido de roda de conversa com pessoas que atuam nos temas apresentados.</p> <p>Referência: Mostra Ecofalante - https://ecofalante.org.br/</p>

Nome da atividade	Descrição	
Feira de trocas de brinquedos e livros infantis.	<p>Estimular o consumo consciente e a Economia Circular entre as crianças.</p> <p>Referência: Instituto Alana/ Criança e Consumo https://feiradetrocas.com.br/</p>	Feiras
Feiras de barganha associadas a bazares da comunidade.	<p>Esta atividade tem por objetivo promover a economia circular e a economia solidária.</p> <p>Referência: Procurar apoio da UFSCar: DeAEA-SGAS-UFSCar deaea@ufscar.br ou 3306-6462 e Núcleo Multidisciplinar de Economia Solidária (NuMIcoSol) http://www.numiecosol.ufscar.br/, também da APASC - Associação de Proteção Ambiental de São Carlos https://www.facebook.com/apasc40anos/</p>	
Qualificação de Educadores Para Participação Solidária e Mobilização.	<p>Proposta de orientação para educadores, na forma de estratégia de apoio à sua formação continuada e à implementação de novas práticas. O Curso (60h/aula) considera dimensões de subjetividade, socialização e saber, baseadas em referencial sobre juventudes, participação social solidária e voluntária.</p> <p>Referência: Parceiros Voluntários https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/qualificacao-de-educadores-para-participacao-solidaria-e-mobilizacao</p>	Formação
Formação de professoras/es e educadoras/es comunitários em Educação Ambiental.	<p>Contribuir na formação de pessoas atuantes em Educação Ambiental no bairro.</p> <p>Referência: DeAEA-SGAS-UFSCar deaea@ufscar.br ou 3306-6462 em parceria com outras organizações em São Carlos.</p>	
Jogo Oásis.	<p>O Jogo Oasis tem a duração de quatro a dez dias e convida uma comunidade a sonhar e construir de maneira cooperativa um projeto desafiador, escolhido por residentes da comunidade para atender às suas necessidades. Os projetos podem variar de uma praça, um parque, um jardim de infância a um centro cultural. O jogo considera uma definição ampla da comunidade e envolve representantes de diferentes setores da sociedade – ONGs, governo e membros da comunidade de outras partes da cidade.</p> <p>Referência: Instituto Ellos - https://institutoellos.org/jogooasis/</p>	Jogos
Jogo da Carta da Terra.	<p>Jogo de tabuleiro interativo e cooperativo, onde o intuito é todas e todos os jogarem e chegarem juntas e juntos ao objetivo final. O jogo é baseado nos princípios da Carta da Terra.</p> <p>Referência: https://www.escavador.com/patentes/404163/jogo-educativo-com-base-na-carta-da-terra</p>	

13. AGRADECIMENTOS

Aqui, deixaremos sinceros agradecimentos a toda as pessoas que colaboraram com a construção desse trabalho.

A execução desta atividade foi viabilizada pelo empenho e dedicação do Promotor de Justiça Dr. Flávio Okamoto do MPSP.

A elaboração do diagnóstico que antecedeu a construção deste programa contou com a consultoria da Cooperativa Reenvolta Socioambiental, na figura de M.Sc., Paulo Mancini.

Além disso a execução desse trabalho contou com a participação voluntária (mesmo a distância) de representantes da população do bairro.

Por último, registramos aqui também o agradecimento a todas as organizações da sociedade civil que tem trabalhado diariamente para a promoção da educação ambiental na cidade de São Carlos.



14. REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Eduardo; CAMISÃO, Verônica, GUIA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADE PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO COM CRITÉRIOS DE DESENHO UNIVERSAL, sd. Disponível em: <https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/07/AlvarezCamisao2004BID_GuiaOperacionalAcessibilidadeDesenhoUniversal.pdf>. Acesso: 21 de julho de 2021.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Carta das cidades educadoras, 1990. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2021.

BALERA, V. M. R. P. Critérios e especificações técnicas para Critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços. Guia Prático de Acessibilidade. Sd. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/GuiaPraticoDeAcessibilidade.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

BLAZOTI, A. ; ALMEIDA, N.; TAVARES, P. (Orgs.) Caderno de metodologias: inspirações e experiências na construção do conhecimento agroecológico. 1.Ed.–Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL, Política Nacional de Educação Ambiental. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

BRASIL, Programa Nacional de Educação Ambiental. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 12 de agosto de 2021

BRASIL. Programa nacional de educação ambiental - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CIRILO, B. B. et al. O Conselho Gestor na Área de Proteção Ambiental do Combú e a Experiência da Gestão Compartilhada. Revista de Estudos Sociais, v. 17, n. 34, 2015.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, Manual de Acessibilidade, 2019. Disponível em: <https://www.trf3.jus.br/documentos/adeg/Socioambiental/PLS/Res_560_2019_CJF_-_Manual_de_Acessibilidade.pdf>. Acesso: 21 de julho de 2021.

DE ALMEIDA, Alexandre Nascimento et al. implantação e monitoramento de um programa de Educação Ambiental para o descarte correto de bitucas de cigarro. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 10, n. 1, p. 42-55, 2015.

FAO (2012). Criar Cidades mais Verdes. <http://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>

GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignacio. Introdução. In: _____. *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 15- 36.

GONH, M. G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrópole*, n. 7, pág. 9-31, 2002.

KUNIEDA, E. Espaços educadores no contexto do CESCAR (Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região/SP): do conceito à formação em educação ambiental- São Carlos:UFSCar, 2010.145 f. Tese (Doutorado- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente & Educação*, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

MENEGAT, Jardelino; RANGEL, Mary. Comunidades educadoras: perspectivas para a defesa do direito a educação. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 9, p. 14082–14098, 2019.

OLIVEIRA, H.T.; LOGAREZZI, A. Marcos de referência para a prática da educação ambiental: do local ao global, da escola à comunidade. São Carlos: Ufscar, 2013. 45p.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Panorama da gestão de resíduos na América Latina e no Caribe. Cidade de Panamá, 2018.

PAIVA, N.V.M.; ARAÚJO, M.V.P. Gestão participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor. *Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.11-26.

PESSOA, C. C.; SOUZA, M.; SCHUCH, I. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria - RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 13, n.1, p.23-37, 2006.

PESTANA, C. L. S. et al. Contradições surgidas no Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde da Família de Vargem Grande, Município de Teresópolis-RJ. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, pág. 485-499, 2007.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade et al. MonitoraEA: Processo participativo para a construção do sistema brasileiro de monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação ambiental. Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil, p. 27, 2019.

SOARES, Rodrigo Maurício Freire. O não-lugar da comunicação comunitária: relações públicas e construção dialógica no programa “Minha casa, minha vida”. *Organicom*, v. 14, n. 26, p. 180-191, 2017.

VIANA, D. P. C.; UMBELINO, L. F. O conselho gestor como ferramenta para a gestão participativa de unidades de conservação. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.7, n.3, p.40-58, 2016. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0004>.

VINTRÓ, Eulàlia. Educação, escola, cidade: o Projeto Educativo da cidade de Barcelona. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmem; VILA, Ignacio (Org.). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 37- 56]

